

**CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NOSSA SENHORA DAS MERÇÊS DE
CARVALHAL BENFEITO**



DEMONSTRAÇÕES DE RELATO FINANCEIRO SNC - ESNL

ANEXO

RELATO FINANCEIRO DO ANO ECONÓMICO DE 2018

31-12-2018



NOTAS

1 - IDENTIFICAÇÃO

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NSRA MERÇÊS CARVALHAL BENFEITO é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, Tipo Centro Paroquial, com o NIF - 504 933 264 e o NISS - 200102803349, com sede na Rua D. Gastão, Nº 2 R/C - 2500 - 404 Carvalhal Benfeito, freguesia de Carvalhal Benfeito concelho de Caldas da Rainha, Portugal, tendo sido constituída em 01-01-2002. A sua atividade principal é Atividades de Apoio Social para pessoas Idosas sem alojamento (CAE- 88101). O C. SOC.PAROQUIAL MERÇÊS opera em freguesia de Carvalhal Benfeito.

O C. SOC.PAROQUIAL MERÇÊS é uma Instituição independente não sendo participada por qualquer sociedade mãe e não participa no capital de outras entidades.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o CENTRO PAROQUIAL opera, logo a moeda funcional.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção. Sendo opinião da Direção que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações do CENTRO PAROQUIAL, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa. Vão também ser apresentadas, para elaboração de parecer ao Conselho Fiscal do Centro Paroquial.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referencial contabilístico

As políticas e as estimativas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Imparidade de Ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.



A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende:

- O seu preço de compra;
- Quaisquer custos, diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida;
- Sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis continuam a ser registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método (... indicar método: método da linha reta, o método do saldo decrescente; o método das unidades de produção; outro) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A quantia depreciável de um ativo é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado imaterial.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.



Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

O CENTRO PAROQUIAL não reconheceu no período do relato nenhuma imparidade em ativos fixos tangíveis.

Instrumentos financeiros

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é realizado de acordo com o ponto 17 da NCRF-ESNL.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados:

- Ao custo menos perda por imparidade;
- Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo menos perda por imparidade

Os ativos e passivos financeiros ao custo menos perda por imparidade incluem: clientes, outras contas a receber, empréstimos concedidos, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos obtidos. São também mensurados ao custo menos perda por imparidade os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não mensurados pelo custo menos perda por imparidade são mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados, na rubrica aumentos / reduções de justo valor.

Imparidade de ativos financeiros e sua reversão

Os ativos financeiros mensurados pelo custo menos perda por imparidade são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato.

Se o montante da perda por imparidade diminui e se tal diminuição estiver objetivamente relacionada com um acontecimento que deu lugar ao reconhecimento da perda, esta deve ser



revertida até ao limite do montante que estaria reconhecido caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

As perdas por imparidade e sua reversão são registadas em resultados na rubrica Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões) ou de outras imparidades (perdas / reversões) no período em que são determinadas. "

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

São desreconhecidos ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

O CENTRO PAROQUIAL não reconheceu no período do relato nenhuma imparidade em ativos financeiros.

Outras contas a receber

As contas a receber são mensuradas ao custo menos perda de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objetiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, no termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

O CENTRO PAROQUIAL não reconheceu no período do relato nenhuma imparidade em outras contas a receber.

Inventários

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo histórico e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda. A técnica de mensuração do custo de Inventários é ao custo.



Quando o valor realizável líquido foi mais baixo que o valor de custo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, estes encontram-se registados na rubrica perdas de imparidade de inventários (perdas/ reversões).

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo histórico.

O CENTRO PAROQUIAL não reconheceu no período do relato nenhuma imparidade em inventários.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo (não superior a três meses), altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

Vendas de bens

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando:

- São transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para o CENTRO PAROQUIAL;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.



As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

O CENTRO PAROQUIAL não fez no período do relato vendas de bens

Prestação de serviços

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando:

- A quantia de rédito seja fiavelmente mensurada;
- Seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa/Grupo;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados.

No CENTRO PAROQUIAL As prestações de serviços incluem: Mensalidades, quotizações e serviços secundários.

Juros, royalties e dividendos

O rédito proveniente do uso de ativos que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido quando:

- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada. O rédito proveniente do uso desses ativos é reconhecido nas seguintes bases:
 - Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo;
 - Os royalties são reconhecidos num regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante;
 - Os dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito da Entidade (enquanto acionista) de receber o pagamento, exceto nas associadas em que o rédito corresponde ao resultado atribuível à participação.

O CENTRO PAROQUIAL no período do relato apenas reconheceu juros de ativos correntes (Depósitos Bancários), pois não tem royalties nem dividendos.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo são reconhecidos apenas quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que a Entidade cumprirá as condições inerentes aos mesmos.



Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios do Governo reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são contabilizados como passivos.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Quando o subsídio consiste na transferência de um ativo não monetário (por exemplo terrenos ou outros recursos para uso da entidade), procede-se à avaliação do ativo não monetário e contabiliza-se quer o subsídio quer o ativo não monetário por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio são registados por uma quantia nominal.

Custos com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são também reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos.

Passivos contingentes e ativos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos provenientes de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objeto de divulgação quando é provável um influxo de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

Os passivos contingentes são definidos como:

- Obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade;



- Obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

O CENTRO PAROQUIAL no período do relato apenas reconheceu juros de ativos, pois não tem royalties nem dividendos.

Juízos de valor, estimativas e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis: a determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de amortização;
- Imparidade de dívidas a receber;
- Justo valor dos instrumentos financeiros.



4 - FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica A caixa e seus equivalentes são assim decompostos:

Caixa e seus equivalentes - quantias escrituradas e movimentos do exercício	31-12-2018				31-12-2017			
	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	611	104.887	104.481	1.017	327	116.067	115.783	611
Depósitos à ordem	33.539	567.500	573.538	27.501	44.343	524.032	534.836	33.539
Outros depósitos bancários	42.750	12.500	38.000	17.250	17.801	66.350	41.401	42.750
Total de caixa e depósitos bancários	76.900	684.887	716.019	45.768	62.472	587.867	562.130	76.900
dos quais: depósitos bancários no exterior								-

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 existiram recebimentos e pagamentos conforme detalhado na demonstração de fluxos de caixa.

5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:



Ativos fixos tangíveis	31-12-2018										
	Bens do domínio público	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
Quantia bruta escriturada inicial			140.250	38.899	78.823	7.987		2.362			268.321
Depreciações acumuladas iniciais			114.342	38.899	74.823	7.987		2.362		n.a.	238.413
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	114.342	38.899	77.823	7.987	-	2.236	-		238.413
Quantia líquida escriturada inicial	-	-	25.908	0	4.000	0	-	-		-	29.908
Movimentos do período	-	-	(7.391)	420	34.219		-	-		-	27.248
Total das adições	-	-		480	38.130		-	-		-	38.610
Aquisições em 1ª mão				480	38.130						38.610
Outras											
Total das diminuições	-	-	7.391	60	3.911		-	-		-	11.362
Depreciações			7.391	60	3.911			-		n.a.	11.362
Abates										n.a.	
Outras (Transferências para edifícios)											
Quantia líquida escriturada final	-	-	18.517	420	38.219	0	-	0		-	57.156
Quantia bruta escriturada final	-	-	140.250	39.379	116.953	7.987	-	2.362		-	306.931
Depreciações acumuladas finais	-	-	121.733	38.959	78.734	7.987	-	2.362		-	249.774
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas finais	-	-	121.733	38.959	78.734	7.987	-	2.362		-	249.774



Ativos fixos tangíveis	31-12-2017										
	Bens do domínio público	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
Quantia bruta escriturada inicial			140.250	38.899	78.823	7.987		2.362			268.321
Depreciações acumuladas iniciais			106.951	38.899	71.548	7.987		2.362		n.a.	227.747
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	106.951	38.899	71.548	7.987	-	2.236	-		227.747
Quantia líquida escriturada inicial	-	-	33.300	0	7.275	0	-	-		-	40.575
Movimentos do período	-	-	(7.391)		(3.275)		-	-		-	(13.980)
Total das adições	-	-					-	-		-	
Aquisições em 1ª mão											
Outras											
Total das diminuições	-	-	7.391		3.275		-	-		-	13.980
Depreciações			7.391		3.275			-		n.a.	13.980
Abates										n.a.	
Outras (Transferências para edifícios)											
Quantia líquida escriturada final	-	-	25.908	-	4.000	0	-	0		-	29.908
Quantia bruta escriturada final	-	-	140.250	38.899	78.823	7.987	-	2.362		-	268.321
Depreciações acumuladas finais	-	-	114.342	38.899	74.823	7.987	-	2.362		-	238.413
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas finais	-	-	114.342	38.899	74.823	7.987	-	2.362		-	238.413



No ano do relato não foi adquirido uma viatura para transporte de utentes e um congelador para a cozinha.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Vida Útil	Anos
Bens de domínio público	
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5 e 10
Equipamento administrativo	5 e 6
Equipamentos biológicos	
Outros ativos fixos tangíveis	8

Dentro de alguns itens existem mais de que uma taxa de depreciação, feito com base na tabela geral de depreciações e da vida útil estimada.

As depreciações do exercício, no montante de 11 361.77 Euros em 31 de Dezembro de 2018, foram reconhecidas em resultados, na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização. O seu valor é igual ao do ano anterior.

Não foram reconhecidas Imparidades em Ativos Fixos Tangíveis.

O Valor Correspondente a Ativos Financeiros diz respeito ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) sendo de 802.63€ em 2018 e de 469.63€ em 2017.

6 - INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017, os inventários têm a seguinte composição.



Inventários	31-12-2018			31-12-2017		
	Valor bruto	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Valor bruto	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	553		553	681		681
Produtos acabados e intermédios			-			-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			-			-
Produtos e trabalhos em curso			-			-
Ativos biológicos			-			-
Adiantamentos por conta de compras			-			-
	553	-	553	681	-	681
Com titularidade restringida:	-	-	-	-	-	-

A variação dos inventários no período do relato encontra-se dentro dos valores dos anos anteriores, mas com uma ligeira descida.

Não há perdas por imparidade no período do relato nem em anos anteriores.

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017, o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas é assim decomposto:



Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	31-12-2018					31-12-2017				
	Mercadorias	Mat. Primas e subsidiárias	Ativos biológicos	Materiais de consumo	Total	Mercadorias	Mat. Primas e subsidiárias	Ativos biológicos	Materiais de consumo	Total
Inventários iniciais		681			681		899			899
Compras		54.155			54.155		47.972			47.972
Reclassificação e regularização de inventários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências para propriedades de investimento					-					-
...					-					-
...					-					-
Inventários finais		553			553		681			681
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	54.283	-	-	54.283	-	48.190	-	-	48.190

No ano do relato de referir um aumento significativo do consumo de mercadorias em relação aos anos anteriores.

7 - CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica créditos a receber decompõe-se da seguinte forma:



Créditos a receber	31-12-2018			31-12-2017		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Cientes, conta corrente						
Gerais			-			-
Utentes	991		991	538		538
Cientes - títulos a receber						
Gerais			-			-
Utentes			-			-
Outros			-			-
---			-			-
	991	-	991	538	-	538

No final do período de relato a conta clientes/ utentes reflete na sua maior parte a dívida de alguns utentes, referentes ao mês de Dezembro que só foram pagos em Janeiro seguinte, com uma subida em relação ano anterior.

8 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica estado e outros entes públicos decompõe-se da seguinte forma:

	Estado e outros entes públicos	31-12-2018	31-12-2017
Ativo			
Outros impostos			
Passivo			
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas			
Retenção de imposto sobre o rendimento		636	486
Imposto sobre o valor acrescentado			
Contribuições para a Segurança Social		4.926	4.563
Tributos das autarquias locais			
Outros (FCT)		30	69
		5.592	5.118

Durante o período de relato a rubrica estado e outros entes públicos reflete os passivos respeitantes à retenção do imposto sobre o rendimento, categoria A e B e contribuições para



a Segurança Social e FCT/FGCT respeitantes ao mês de Dezembro de 2018, a pagar em Janeiro de 2019.

9 - OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica outros ativos correntes decompõe-se da seguinte forma:

Outros ativos correntes	31-12-2018			31-12-2017		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Pessoal						
Devedores por acréscimos de rendimentos	16.383		16.383			
Créditos fornecedores				44		44
Outros Credores				1.216		1.216
...			-			-
...			-			-
			-			-
	16.383	-	16.383	1.260	-	1.260

No período do relato a rubrica reflete o valor respeitante ao não recebimento do pagamento pela Junta de Freguesia da verba respeitante ao Protocolo de dezembro recebido em janeiro do 219, bem como ao não recebimento de um subsídio concedido pela câmara municipal pela aquisição da viatura que já só foi recebido em 2019.

10 - DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica diferimentos decompõe-se da seguinte forma:



Diferimentos	31-12-2018	31-12-2017
Diferimentos - Ativo		
Gastos a reconhecer	2.039	1.471
	2.039	1.471
Diferimentos - Passivo		
Rendimentos diferidos	2.931	
	2.931	-

No período do relato a rubrica no ativo reconhece pagamento de gastos respeitantes a seguros e outras despesas a reconhecer no ano económico de 2019, e no passivo o recebimento de uma verba do IEPF de um estágio cujo gasto vai ocorrer em 2019.

11 - CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica caixa e depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

Caixa e depósitos bancários	31-12-2018	31-12-2017
Depósitos à ordem	27.500	33.539
Outros depósitos bancários	17.251	42.750
Numerário	1.017	611
....		
	45.768	79.900

No ano do relato, verificou-se uma diminuição neste item, em parte devido à diminuição do resultado do período e a aquisição a pronto pagamento com fundos próprios da viatura adquirida em 2019. Para maior detalhe ver mapa de Fluxos de caixa.

12 - IMPARIDADE DE ATIVOS

O CENTRO PAROQUIAL no ano do relato e outros anteriores não reconheceu imparidades em ativos.



13 - FUNDOS PATRIMONIAIS

Os fundos do C. SOC.PAROQUIAL MERÇÊS são compostos por:

Fundos, Reservas e Resultados Transitados	31-12-2018	31-12-2017
Fundo Social	15 000.00€	15 000.00€
Resultados Transitados	61 530.54€	55 852.78€
Outras Variações (Subsídios)	21 258.34€	8 193.25€

No ano do relato a variação na rubrica fundos patrimoniais reflete:

- Resultados transitados - incorporação do resultado ano económico anterior;
- Outras variações patrimoniais (subsídios) - reflete os subsídios recebidos da Junta de Freguesia e do Município das Caldas da Rainha, e da Seg. Social, em 2015, e do novo subsídio da junta de freguesia e do município para a nova viatura em 2018, dos quais foi imputado no ano a resultados o valor de 3 686.91€ pela depreciação dos ativos.

14 - SUBSÍDIOS DO GOVERNO RELACIONAOS COM ATIVOS

O C. SOC.PAROQUIAL MERÇÊS beneficiou dos seguintes subsídios ao investimento no decorrer do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018:

- Da Junta de freguesia para aquisição de viatura no valor de 1 500.00€,
- Da Câmara das Caldas para aquisição de viatura no valor de 15 252.00€.

Os subsídios recebidos em períodos anteriores são:

- Subsídio da Seg. Social - Aquisição de 1 viatura - 12 094.00€ no ano económico de 2015;
- Da Junta da Freguesia - Aquisição de 1 viatura - 1 500.00€ no ano económico de 2015;
- Subsídio da Câmara Municipal de Caldas da Rainha - Obras Centro de Dia - 6889.11€, no ano económico de 2012.



15 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica financiamentos obtidos decompõe-se da seguinte forma:

Financiamentos obtidos	31-12-2018		31-12-2017	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos obrigacionistas:				
Empréstimos bancários:				
Viatura 39-MJ-41	0		0	
	0	-	0	-
Descobertos bancários				
	-	-	-	-
Locações financeiras				
Outros empréstimos obtidos:				
	-	-	-	-
	0	-	0	-

No ano do relato e no ano anterior não foram contraídos quaisquer empréstimos.

16 - FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica de fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

Fornecedores	31-12-2018	31-12-2017
Fornecedores c/c		
Gerais	4.717	3.364
Outras partes relacionadas		
Fornecedores - títulos a pagar		
Gerais		
Outras partes relacionadas		
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		
Outros		
	4.717	3.364



No ano do económico do relato os valores da rubrica fornecedores encontram-se enquadrados com os de anos anteriores, sendo respeitantes a custos suportados/contabilizados referentes a Dezembro de 2018 e que vão ser regularizados no ano económico de 2019.

17 - OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica outras contas a pagar decompõe-se da seguinte forma:

Outros passivos correntes	31-12-2018	31-12-2017
Utentes		479
Pessoal		
Fornecedores de investimentos		
Financiamentos obtidos - participantes de capital		
Financiamentos obtidos - subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Credores por acréscimos de gastos	17.565	17.512
Adiantamentos por conta de vendas		
Outros devedores e Credores		32
	17.565	18.023

Os valores referentes a estes itens estão dentro dos valores normais. O Item credores por acréscimo de gasto referem-se aos encargos com férias, e outros acréscimos de gastos.

18 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS



Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica as vendas e prestações de serviços são assim decompostas:

		Rébito das vendas e dos serviços prestados	31-12-2018	31-12-2017
Vendas	Mercado Interno		
Prestações de Serviços	Quotizações Mercado Interno	Quotas dos Utilizadores - Mensalidades Utentes	117.540	116.317
		Serviços Secundários	14.924	17.782
			
Contratos de construção			132.464	134.099
		Total	132.464	134.099

O C. SOC.PAROQUIAL MERÇÊS não faz vendas, apenas faz prestações de serviços aos seus utentes os valores referidos no quadro anterior são divididos pelas suas valências do seguinte modo:

	2018	2017
CENTRO DE DIA	42 852.50€	44 419.00€
APOIO DOMICILIÁRIO	89 610,75€	89 679.82€

No ano económico do relato verificou-se uma diminuição desta rubrica, tendo-se verificado uma diminuição do número médio dos utentes tanto no centro de dia como no apoio domiciliário, no entanto o valor do centro de dia teve uma maior descida.

19 - SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO



O C. SOC.PAROQUIAL MERÇÊS beneficiou dos seguintes subsídios à exploração no decorrer dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017:

Subsídios, doações e legados à exploração	31-12-2018	31-12-2017
Do Estado e outros entes públicos		
Centro Regional Segurança Social	125.708	123.000
Autarquias -	7.193	7.002
Instituto do Emprego e Formação Profissional	7.301	4.561
Protocolo Junta de Freguesia	59.954	55.125
Outras		
De outras entidades		
Doações e heranças		
Legados		
Total	200.156	198.688

Os valores apresentados no quadro anterior foram subdivididos pelas diversas valências do seguinte modo:

	2018	2017
CENTRO DE DIA	21 365.60€	19 427.74€
APOIO DOMICILIÁRIO	118 835.88€	115 135.61€

O C. SOC.PAROQUIAL MERÇÊS tem protocolos com o Instituto de Segurança Social para os serviços de apoio social que presta aos seus utentes, sendo:

- Apoio domiciliário - 35 utentes;
- O Centro de dia - a partir de Maio de 2015 passou a ter protocolo para 12 utentes.
- O subsídio do IEFP subiu em relação ao ano anterior devido a mais estágios profissionais.

O item referente a autarquias refere-se a uma comparticipação para as despesas da ETAR atribuído pela Câmara Municipal das Caldas da Rainha à entidade e da Junta de Freguesia. Foi também atribuída uma verba para as despesas na participação no desfile de Carnaval.



O item referente ao Protocolo Junta de Freguesia teve um aumento em relação aos anos anteriores, principalmente por aumento de salários e outras despesas e mais um funcionário a tempo parcial no final do ano.

20 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica fornecimentos e serviços externos são assim decompostos:

Fornecimentos e serviços externos		31-12-2018	31-12-2017
Subcontratos			
Serviços especializados			
	Trabalhos especializados	1.320	884
	Publicidade e propaganda	185	207
	Vigilância e segurança	978	966
	Honorários	5.739	6.953
	Conservação e reparação	6.009	5.116
	Outros		218
Material			
	Ferramentas e utensílios de desg. rápido	4.448	4.732
	Livros e documentação técnica		
	Material de escritório	2.190	955
	Artigos para oferta	50	110
	Encargos com saúde dos utentes	109	77
	Outros	2.454	1.793
Energia e fluidos			
	Eletricidade	8.982	6.705
	Combustíveis	7.665	7.787
	Água	718	633
	Gás	2.756	3.197
	Outros		
Deslocações, estadas e transportes			
	Deslocações e estadas	310	537
	Outros		
Serviços diversos			
	Comunicação	1.793	1.739
	Seguros	2.937	2.692
	Contencioso e notariado		
	Limpeza, higiene e conforto	5.995	5.121
	Outros serviços	264	21
		54.902	50.441



No período do relato no item fornecimentos e serviços externos, verificou-se uma subida do valor total dos gastos, devido em parte ao aumento em eletricidade e material de escritório, no entanto verificou-se algumas descidas de alguns elementos.

21 - GASTOS COM O PESSOAL

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica gastos com o pessoal:

Gastos com o pessoal		31-12-2018	31-12-2017
Remunerações dos órgãos sociais			
	Das quais: Participação nos lucros		
Remunerações do pessoal		197.367	184.325
	Das quais: Participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego		-	-
Indemnizações			
Encargos sobre remunerações		43.958	40.787
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais		5.139	4.696
Gastos de ação social			
Outros gastos com pessoal		804	1.805
	Dos quais:		
	Indemnização despedimento		1.436
	Gastos com formação	145	35
	Saúde e Segurança no trabalho	659	334
	Gastos com fardamento		
	Outros		
		247.268	231.613

A composição e remunerações dos Órgãos Diretivos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 foram as seguintes:

Remunerações dos Órgãos Diretivos	31-12-2018	31-12-2017
Composição dos órgãos diretivos		
Direção / 5 membros	0	0
Conselho Fiscal / 3 membros	0	0
...		

Os órgãos diretivos do CENTRO PAROQUIAL não são remunerados, pelos seus serviços.



O número médio de pessoas que colaboraram com o C. SOC. PAROQUIAL MERÇÊS no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 foram de:

- Trabalhadores remunerados - 22 passando a 23 a partir de setembro em 2018 e, de 22 no ano de 2017;
- Órgãos Diretivos, não remunerados - 8 em 2018 e 2017

Verificou-se um aumento do valor deste item, em função do aumento das contribuições para a Segurança Social, do aumento do salário mínimo e respetivas repercussões nas outras carreiras na 2ª metade do ano e outras.

22 - OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica outros rendimentos são assim decompostos

Outros rendimentos		31-12-2018	31-12-2017
Rendimentos suplementares			
	Royalties		
	Serviços Sociais		
	Outros rendimentos suplementares	17.371	10.618
	Descontos de pronto pagamento obtidos	137	174
	Recuperação de dívidas a receber		
	Ganhos em inventários		
	Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros		
	Diferenças de câmbio favoráveis		
	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
	Rendas e outros rendimentos de propriedades de investimento		
	Sinistros	278	
	Alienações		
	Rendimentos de juros (não relacionados com financiamentos)		
	Excesso de estimativa para impostos		
	Imputação de subsídios para investimentos	3.687	3.408
	Ganhos em outros instrumentos financeiros		
	Restituição de impostos	1.615	1.345
	Outros		
	Correções exercícios Anteriores	91	1.147
	Donativos	7.708	6.858
	Outros não especificados	931	802
	Total	31.818	24.352

No ano do relato existiu um aumento deste item, sendo que as mais acentuadas foram donativos, restituição de impostos e outros rendimentos suplementares



(festas/filhoses/tasquinhas), e outros (Consignação IRS), no entanto verificou-se uma descida em correções a exercícios anteriores. No ano de 2018 a rubrica rendimentos de instrumentos não financeiros está relacionado com uma indemnização do seguro de um ativo que se tinha avariado.

23 - OUTROS GASTOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica outros gastos são assim decompostos:

Outros gastos		31-12-2018	31-12-2017
Impostos/ taxas		1.295	934
Descontos de pronto pagamento concedidos			
Dívidas incobráveis			
Perdas em inventários			
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros			
	Cobertura de prejuízos		
Gastos e perdas em investimentos não financeiros			
	Gastos em propriedades de investimento		
Gastos de juros (não relacionados com financiamentos)			
Diferenças de câmbio desfavoráveis			
Correções relativas a períodos anteriores		112	512
Donativos			
Quotizações		115	100
Ofertas e amostras de inventários			
Insuficiência da estimativa para impostos			
Perdas em instrumentos financeiros			
Subsídios, donativos, bolsas de estudo			
Prestações a associados das mutualidades			
Capitais vencidos - associados das modalidades			
Prestações dos regimes profissionais complementares			
Rendas vitalícias - associados das mutualidades			
Prestações pecuniárias de cuidados de saúde			
	Outros	1	2
		1.523	1.548

Os valores desta rubrica enquadra-se nos valores anteriores, no entanto de considerar o aumento com impostos, IMI e AIMI e outras taxas, nas outras rubricas valores similares o/ou até inferiores.



24 - GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIÇÕES E DE AMORTIZAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica gastos/reversões de depreciação e de amortização são assim decompostos:

Gastos/reversões de depreciação e de amortização		31-12-2018	31-12-2017
Ativos fixos tangíveis			
	Bens de domínio público		
	Terrenos e recursos naturais		
	Edifícios e outras construções	7.391	7.391
	Equipamento básico	60	
	Equipamento de transporte	3.911	3.275
	Equipamento administrativo		
	Equipamentos biológicos		
	Outros ativos fixos tangíveis		
		11.362	10.666
Ativos intangíveis			
	Gerados Internamente		
	Com vida útil indefinida		
	Com vida útil finita		
	Outros ativos fixos intangíveis		
	Com vida útil indefinida		
	Com vida útil finita		
		-	-
Ativos Biológicos	...		
		-	-
Propriedades de Investimento	...		
		-	-
Total		11.362	10.666

No ano do relato verificou-se uma ligeira subida no total das depreciações dos ativos fixos tangíveis, em função das novas aquisições de 2018, no entanto no que diz respeito à viatura, em 2018, só foram considerados 2 duodécimos para uma depreciação do ativo em 10 anos.

25 - JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

No ano do relato não foram obtidos juros e rendimentos similares.



26 - JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 os juros e gastos similares suportados são assim decompostos:

Juros e gastos similares suportados	31-12-2018	31-12-2017
Juros suportados		
Empréstimos obrigacionistas:		
Financiamentos bancários	0	3
Descobertos bancários		
Locações financeiras		
Outros financiamentos		
Diferenças de câmbio desfavoráveis em financiamentos		
Perdas de participações de capital		
Perdas em instrumentos de cobertura associados a financiamentos		
Outros gastos de financiamento:		
Relativos a financiamentos obtidos		
Comissões e encargos similares		
Imposto do selo		
Outros financiamentos		
	0	3

No ano de relato e no anterior não houve empréstimos e por isso gastos de juros foi nulo.

27 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No ano do relato o C. SOC.PAROQUIAL MERÇÊS reconheceu os itens de instrumentos financeiros pelo seu valor escriturado. Não tendo ativos financeiros mensurados a justo valor, nem utilizou a técnica de avaliação.

No período também não reconheceu nenhuma imparidade ou reversão de imparidade, também não reconheceu qualquer provisão ou passivos contingentes em ativos financeiros.

28 - RESULTADOS

A informação sobre as principais operações do C. SOC.PAROQUIAL MERÇÊS, por atividade económica resume-se como segue:

RESULTADOS DO PERIODO POR ATIVIDADES/ VALÊNCIAS
31-12-2018

VALÊNCIAS	AP DOMICIL 2018	AP DOMICIL 2017	CENTRO DIA 2018	CENTRO DIA 2017	PROTOCOLO 2018	PROTOCOLO 2017	TOTAL 2018	TOTAL 2017	DIF 2018/2017
Vendas e prestações de serviços	89610,75	89679,82	44852,50	44419,00			132463,25	134098,82	-1635,57
Subsídios, doações e legados à exploração	118835,88	115135,61	21365,60	19427,74	59954,39	55124,95	200155,87	189688,30	10467,57
ISS IP Centros Distritais	109414,20	107058,00	16293,60	15942,24			125707,80	123000,24	2707,56
Outros	9421,68	8077,61	5072,00	3485,50	59954,39	55124,95	74448,07	66688,06	7760,01
Variação dos inventários da produção									
Trabalhos para a própria entidade									
Custo mercad vend. das mat. consumidas	33362,72	27220,12	9025,00	8055,03	11895,70	12915,22	54283,42	48190,37	6093,05
Fornecimentos e serviços externos	37622,73	36052,64	13685,00	12013,15	3594,52	2375,53	54902,25	50441,32	4460,93
Gastos com pessoal	155129,24	150340,96	47675,00	41437,59	44464,17	39834,20	247268,41	231612,75	15655,66
Ajustamentos de Inventários (perdas/reversões)									
Imparidades dividas a receber (perdas/reversões)									
Provisões (aumentos/reduções)									
Provisões específicas (aumentos/reduções)									
Outras Imparidades (perdas/reversões)									
Aumentos/Reduções de justo valor									
Outros rendimentos e ganhos	20290,99	16046,33	11527,31	8305,56			31818,30	24351,89	7466,41
Outros gastos e perdas	1126,99	1083,26	395,96	464,25			1522,95	1547,51	-24,56
Resultado antes de Depreciações Gastos									
 Financiamento e Impostos	1495,94	6164,78	4964,45	10182,28	0,00	0,00	6460,39	16347,06	-9886,67
Gastos/reversões depreciação e amortização	3437,35	3262,60	7924,42	7403,67			11361,77	10666,27	695,50
Resultado Operacional (antes Gastos									
 Financiamento e Impostos)	-1941,41	2902,18	-2959,97	2778,61	0,00	0,00	-4901,38	5680,79	-10582,17
Juros e rendimentos similares obtidos									
Juros e rendimentos similares suportados	0,00	2,00	0,00	1,03			0,00	3,03	-3,03
Resultado antes de Impostos	-1941,41	2900,18	-2959,97	2777,58	0,00	0,00	-4901,38	5677,76	-10579,14
Imposto sobre rendimento do período									
Resultado Liquido do Período	-1941,41	2900,18	-2959,97	2777,58	0,00	0,00	-4901,38	5677,76	-10579,14



O resultado final em 2018 foi de 4 901.38€ negativos e em 2017 foi de 5 677.76€ positivos, refletindo uma diminuição de 10 579.14€, devido a um aumento significativo das despesas não totalmente contrabalançado com o aumento das receitas. De um modo geral todas as classes de despesas aumentaram e de maneira mais significativa os gastos com pessoal, quanto às receitas, apenas se verificou ainda uma diminuição das mensalidades, no entanto tem-se vindo a verificar progressivamente um aumento do número de utentes que tiveram uma baixa muito acentuada do final de 2017 e princípio de 2018.

- Aumento da receita: 16 298.41€;
- Aumento da despesa: 26 877.05€
- A nível de disponibilidades monetárias (Caixa e equivalentes). Verificou-se um agravamento passando de 76 900.00€ em 2017 para 45 768.00€ em 2018, no entanto foi feito o pagamento integral da nova viatura. Descontadas as aquisições líquida das atividades de financiamento 37110 - 31132 existiu uma melhoria de 5978€ e falta receber o subsídio da câmara municipal.

29 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMA LEGAL

O C. SOC.PAROQUIAL MERCÊS não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Informação sobre os movimentos nos fundos patrimoniais do C. SOC.PAROQUIAL MERCÊS ver NOTA 13 e 14.

30 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

CC

Presidente da Direção
